

**AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA 1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE/PB (2012)**

OBJETIVO DE CONTRIBUIÇÃO	AÇÃO IMPLANTADA	DIFICULDADES ENCONTRADAS	SOLUÇÕES APRESENTADAS
I) Revisar, otimizar e padronizar procedimentos de trabalho	1) Reunião entre as unidades judiciárias	a) Espaço na agenda dos diretores; b) Acúmulo de serviços em decorrência da demorada greve dos servidores.	a) Marcar a reunião para acontecer antes do expediente, no início da semana; b) Troca de informações por e-mails a fim de subsidiar a pauta da reunião
	2) Mapear procedimentos de cada setor da vara	a) Número reduzido de servidores, o que ensejou na participação do Diretor de Secretaria nas tarefas operacionais, comprometendo o trabalho de supervisão e orientação	a) Entrega de roteiro do procedimento a cada servidor; b) Acompanhamento e Supervisão dos Procedimentos, mediante orientação e capacitação, esta em parceria com a SEGEPE.
	3) Atualizar sistematicamente os procedimentos padronizados	Idêntica ao item anterior	a) Revisão e adequação dos textos para relatórios; b) Eliminação de rotinas inúteis ou que representavam aumento de trabalho (Ex.: substituição da guia de levantamento de depósito por texto padrão de alvará).
II) Dar celeridade ao processo, almejando a efetividade das decisões	1) Intensificação do uso das ferramentas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD; 2) Utilização do MALOTE DIGITAL para o encaminhamento e recebimento de expedientes e cartas precatórias.	a) Problemas nos certificados digitais (já resolvido); b) Resistência por parte dos servidores em receber novas delegações de tarefas.	a) Obtenção dos novos certificados e senhas juntos às entidades certificadores e gestores regionais dos sistemas conveniados; b) Retardamento da delegação de novas competências para o segundo semestre, já que o acúmulo de serviços decorrente da greve

			prejudicou novas distribuições de tarefas e o treinamento específico necessário; c) Revisões incessantes e diárias dos registros do SUAP.
III) Atender com urbanidade e presteza, esclarecendo de forma simples e objetiva os trâmites processuais	1) Sensibilização dos servidores para a importância do primeiro contato com o cliente externo; 2) Inserção do bom atendimento na avaliação de desempenho dos servidores; 3) Abertura do atendimento aos peritos durante o expediente interno.	Não existiram	a) Reunião para tratar do tema; b) Negociação individual com cada servidor.
IV) Reduzir a taxa de congestionamento nas fases de conhecimento e execução/Padronização, simplificação e agilização da tramitação processual	1) Padronização dos procedimentos internos, com mapeamento do fluxo processual; 2) Eliminação de rotinas superadas ou inúteis; 3) Distribuição de tarefas por faixa processual, respeitando as habilidades e competências de cada servidor; 4) Revisão periódica dos procedimentos.	a) Pouca disponibilidade de tempo para a revisão e o acompanhamento, em virtude do número reduzido de servidores, implicando na participação do gestor nas tarefas operacionais, com prejuízo das ações de planejamento, supervisão e orientação.	a) Delegação de atribuições, na medida do possível, sem prejudicar os trabalhos cartoriais; b) Alteração e adequação de novos modelos de despacho e textos dos relatórios mais utilizados; c) Intensificação das ferramentas de construção dos sistemas conveniados (BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD); d) Revisões incessantes dos processos em arquivo provisório, visando à extinção das execuções acaso prescritas, remetidas ou inexequíveis; e) Realização de pautas extras para abreviar o tempo de conhecimento e julgamento das ações;

			<p>f) Estimulação do espírito de colaboração entre os servidores, sobretudo nas ausências legais e médicas, de forma que a marcha processual não tenha solução de continuidade;</p> <p>g) Fomento do aprendizado e capacitação.</p>
--	--	--	---

### INDICADORES MEDIDOS VT CAMPINA GRANDE

INDICADOR MEDIDO	VALOR ENCONTRADO	PERÍODO APURADO
1) Quantidade de Procedimentos Padronizados	7 (sete) Procedimentos padronizados: 1) Editais sem o prazo editalício; 2) Intimação do Revel; 3) Fornecimento de GPS e GRU Judicial ao devedor, quando do acordo judicial; 4) Intimação postal do perito para assumir o encargo; 5) Padronização da utilização dos eventos: Aguardando decurso de prazo; Aguardando cumprimento de obrigação; 6) Novos modelos de alvarás e certidões de arquivamento provisório, infojud negativo, tramitação eletrônica, certidão circunstanciada e honorários periciais; 7) Transferência de depósito recursal para conta judicial.	Janeiro a maio de 2012
2) Taxas de Congestionamento nas fases de conhecimento e execução	Ano base: 2010 Conhecimento: 24,82%; Execução: 71,65% Fonte: SCR – Ata de Correição de 26 a 29/07/2011  Ano de 2011 (valores atingidos): Conhecimento: 23,88% (Redução de 3,79% em relação ao ano base) Execução: 75,66% (Aumento de 5,60% em relação ao ano base) Fonte: SUAP/ E-gestão  Ano de 2012 (valores atingidos): Conhecimento: 36,70% (Aumento de 47,86% em relação ao ano base) Execução: 83,59% (Aumento de 16,66% em relação ao ano base) Fonte: SUAP/ E-gestão	Janeiro a dezembro de 2010   Janeiro a dezembro de 2011   Janeiro a maio de 2012

	<p><b>METAS/ATINGIMENTO</b>  2011 – CONHECIMENTO: -5% / -3,79% - Não atingida  2011 – EXECUÇÃO: -7,5% / +5,60% - Não atingida</p> <p><b>METAS/ATINGIMENTO</b>  2012 – CONHECIMENTO: -10,00% / +47,86% - Não atingida  2012 – EXECUÇÃO: -15% / +16,66% - Não atingida</p>	
3) Prazo médio da execução	<p>Ano base: 2010  Prazo médio de execução:  Ente privado: 423 dias Sumaríssimo / 954 dias Procedimento Comum  Ente público: 2.061 dias  Fonte: boletim estatístico SUAP</p> <p>Ano de 2011 (valores atingidos)  Prazo médio de execução:  Ente privado: 1.044 dias Sumaríssimo / 1.205 dias Procedimento Comum  Ente público: 1.588 dias</p> <p>Ano de 2012 (valores atingidos)  Prazo médio de execução:  Ente privado: 646 dias Sumaríssimo / 792 dias Procedimento Comum  Ente público: 2.209 dias</p> <p><b>METAS/ATINGIMENTO</b>  2011 – PRAZO MÉDIO:  Ente privado / Sumaríssimo: -5% / +146,81% - Não atingida  Ente privado / Comum: -5% / + 26,31% - Não atingida  Ente público: -5% / -26,83% - Atingida</p>	<p>Janeiro a dezembro de 2010</p> <p>Janeiro a dezembro de 2011</p> <p>Janeiro a maio de 2012</p>

	<p><b>METAS/ATINGIMENTO</b>  2012 – PRAZO MÉDIO:  Ente privado / Sumaríssimo: -7,5% / +52,71% - Não atingida  Ente privado / Comum: -7,5% / - 17% - Atingida  Ente público: -7,55% / +7,18% - Não atingida</p>	
<p>4) Número de reuniões periódicas realizadas entre as unidades de Campina Grande</p>	<p>META para 2012: 3 reuniões. Realizada até maio de 2012, uma reunião entre as unidades judiciárias. Programadas duas outras reuniões para o segundo semestre.</p>	